



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006714-34.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **EDUARDO MUNIZ JUNIOR**
 Requerido: **B2W - COMPANHIA DIGITAL (SUBMARINO)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 23/05/2017 comprou da ré **B2W COMPANHIA DIGITAL** um produto por R\$ 25,90, adquirindo também um cartão de crédito que seria utilizado para o respectivo pagamento.

Alegou ainda que o produto não foi entregue e, como se não bastasse, o seu preço passou injustificadamente para R\$ 143,00, com o que não concordou.

Salientou que não conseguiu resolver a pendência.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* arguida em contestação pela ré **B2W COMPANHIA DIGITAL** não merece acolhimento.

Com efeito, a sua responsabilidade deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES:**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, até porque o documento de fl. 05 deixa clara a ligação dessa ré com os fatos noticiados.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

De outro lado, defiro a inclusão no polo passivo da relação processual da ré SUBMARINO FINANCE PROMOTORA DE CRÉDITO LTDA., anotando-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A pronta sequência do processo, ademais, é viável diante da oferta da contestação de fls. 29/35.

Os documentos que instruíram o relato exordial respaldam a contento as alegações do autor.

Nesse sentido, vê-se que foi encaminhada a ele propaganda para a compra de determinados produtos, cujo pagamento se faria com cartão de crédito igualmente ofertado sem a incidência de anuidades.

É incontroverso que a transação foi finalizada e que, sem embargo, o bem não foi entregue ao autor.

No que concerne à diferença do preço indicado na oferta (R\$ 25,90 – fl. 05) e o contido na fatura posteriormente emitida (R\$ 143,78 – fl. 67), não extraio dos autos esclarecimento satisfatório por parte das rés.

Na audiência levada a cabo perante o PROCON local, foi asseverado apenas o seguinte:

"Pelo fornecedor foi dito que após análise do ocorrido, constatamos que o produto em questão não foi comercializado pelo valor que o consumidor alega ter visualizado. Diante disto procedemos com o cancelamento do pedido e estorno do valor de R\$ 143,78, sendo que o estorno pode ser visualizado na fatura do mês de junho ou julho/2017" (segundo parágrafo).

Nessa mesma seara, a resposta escrita dirigida àquele órgão teceu considerações sobre a anuidade e *"quanto a compra a mesma também, foi regularizada e abatido saldo das compras conforme tela sistêmica abaixo, a qual será evidenciada na próxima fatura"* (fl. 19, último parágrafo).

Da peça de resistência de fls. 29/35, por fim, constou simplesmente a anotação de que *"o item desse pedido foi ofertado na campanha por R\$ 25,90 + frete. Porém, por erro no 'checkout', ao finalizar a compra o pedido não teve o desconto no pré-aprovado"* (fl. 31, segundo parágrafo).

Todas essas referências evidenciam que as rés não lograram aclarar devidamente o que teria sucedido na hipótese, desconhecendo-se a partir de lastro seguro por qual razão o montante apresentado na oferta não foi atendido posteriormente ou, por outras palavras, o que teria alicerçado a cobrança no importe de R\$ 143,78.

A conjugação desses elementos, torna de rigor o acolhimento da postulação vestibular quanto à ré entregar o produto nas condições e valores constantes da oferta de fl. 05, até porque além de ser indiscutível o caráter de vinculação desta ao vendedor (CDC – art. 30) inexistente dado consistente que fizesse desaparecer tal caráter.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nem se diga que o preço oferecido seria vil, pois como ele estava ligado à aquisição de cartão de crédito (que à evidência abriria margem para futuras compras) a quantia posta não pode ser tida como irrisória.

Idêntica solução aplica-se ao pedido de ressarcimento dos danos morais suportados pelo autor.

Ele ao aceitar oferta das rés passou a defrontar-se com inúmeras dificuldades a que não deu causa, buscando de diversas maneiras solucioná-las até mesmo junto ao PROCON local, sempre sem êxito.

As rés ao menos no caso do autor não lhe dispensaram o tratamento que seria exigível, o que seguramente rendeu ensejo a frustração de vulto.

O mesmo se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse na sua posição, na esteira do que denotam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

O valor da indenização (tomo-o como R\$ 500,00, já que o excedente – R\$ 185,00 – corresponderia ao valor atualizado do produto, representando os danos materiais derivados do evento) está em consonância com os critérios usualmente empregados em situações afins (respeita a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), devendo vingar.

Isto posto, determino a inclusão no polo passivo da relação processual da ré **SUBMARINO FINANCE PROMOTORA DE CRÉDITO LTDA.**, anotando-se **desde já**, e no mais **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) condenar as rés ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o produto tratado nos autos nas condições e valores ofertados a fl. 05, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais), bem como (2) para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**